



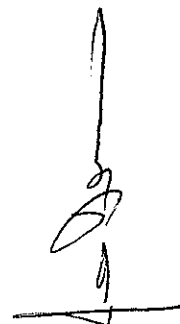
**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**  
**CBH - Verde Grande**

Instituído pelo Decreto Presidencial de 03 de dezembro de 2003

**AJUDA MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA –  
CTC - DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE.**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e nove no auditório da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG/Norte, Montes Claros, Minas Gerais, realizou-se a 2ª Reunião da Câmara Técnica Consultiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. O Secretário Executivo do Comitê e coordenador da CTC, João Damásio, fez a abertura da reunião justificando a ausência temporária do Presidente Marcelo Ferrante Maia e solicitou a colaboração de todos para o cumprimento do horário das reuniões marcadas para exatamente oito horas da manhã. Em seguida, inicia a leitura da ATA da reunião anterior, realizada dia 27 de maio de 2009, onde a Ecoplan apresentou o andamento dos trabalhos do mês de maio, no SESC Pousada, em Montes Claros-Minas Gerais, que depois de lida foi aprovada por unanimidade e será arquivada juntamente com a Lista de Presença daquela reunião, na Secretaria do Comitê. Após a leitura da ATA, João Damásio convida José Luiz Gomes Zoby, da ANA, para dar início à apresentação dos trabalhos. O técnico faz uma abordagem geral sobre as atividades do Plano do mês de junho, salientando que o objetivo é avançar mais e acrescentou que o Sidney Agra, da Ecoplan, falaria mais sobre as referidas atividades. Dando seguimento em sua fala, José Luiz comenta sobre o planejamento para a reunião do próximo dia 30 de julho, na FIEMG, em Montes Claros, Minas Gerais, onde será apresentado um relatório do diagnóstico integrado de todo o trabalho já executado pela Ecoplan, na Bacia. Adiantou que esta apresentação acontecerá durante todo o dia, sendo que no horário da manhã especialistas da Ecoplan estarão abordando temas estratégicos do

Plano, destacando a Sócio-economia, Saneamento, Disponibilidade Hídrica Superficial e Subterrânea, Plano e Programas de Investimento, Aspectos Institucionais da Gestão de Recursos Hídricos e Atores Sociais. Acrescentou que no horário da tarde o técnico Sidney, estará apresentando um Diagnóstico Integrado numa visão abrangente da interação dos diversos temas apresentados até o presente momento, além disso, o coordenador da Ecoplan abordará questões estratégicas e importantes a serem enfrentadas nas próximas etapas da elaboração do Plano. Na seqüência, Sidney inicia sua apresentação reafirmando a fala de José Luiz Zoby de que na próxima reunião será apresentada a consolidação dos dados produzidos durante os quatro meses de trabalho da empresa na Bacia. Em seguida, Sidney apresenta a estrutura de sua fala em seis etapas, sendo a primeira sobre a Segunda Etapa de Reconhecimento de Campo; a segunda, sobre o Saneamento Básico; a terceira, sobre Qualidade das Águas; a quarta, sobre as Disponibilidades Hídricas Superficiais; a quinta, sobre Demandas e Balanço Hídrico e a sexta parte, as Conclusões Parciais. Continuando, apresenta em mapas e fotos o sobrevôo realizado sobre a Bacia com a participação de Ney Maranhão e José Luiz, da ANA, juntamente com dois técnicos da Ecoplan, para o reconhecimento da área de estudo e uma complementação e verificação para o mapeamento do uso do solo, mostrando como destaque uma grande área de irrigação em Verdelândia. O técnico da ANA faz uma aparte para acrescentar que há uma concentração de irrigação nos perímetros do Gorutuba e irrigação espaçada no rio Verde Grande, mas que aumenta muito em Verdelândia. Acrescenta também que foi constatada através do sobrevôo que há muita área desmatada, com pastagens, mas com pouco gado. João Damásio explica o motivo dessa ocorrência, apontando que houve muito investimento nas décadas passadas na agropecuária da região e que atualmente esses investimentos são bem menores e que os pecuaristas nem sempre têm condições de manter o plantel e as pastagens. Luiz Guilherme pergunta se o balanço hídrico está sendo realizado por município. Sidney responde que não, que é pelas unidades já definidas da Bacia. Luiz Guilherme sugere que se fosse por município poderia ajudar bastante as prefeituras na elaboração de projetos. José Luiz Zoby comenta que o Plano tem também como objetivo apresentar onde poderiam ser executados projetos, planos e programas e que as prefeituras vão ter todas essas informações. Rafael, do IGAM, comenta que para o



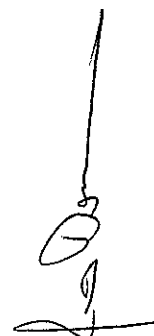
Plano do Jequitai/Pacuí foi contratado serviço de dados de cada município, tanto nas sedes quanto na zona rural. O técnico da ANA solicita que os membros do Comitê da porção baiana enviem dados sobre os seus municípios, porque as médias que estão sendo adotadas são de todo o estado. João Batista diz que vai providenciar sobre os dados solicitados dos municípios baianos. Sidney, retornando à sua apresentação, acrescenta que a Ecoplan está fazendo um levantamento sócio-econômico, que será apresentado na próxima reunião do dia 30 de julho. Luiz Guilherme pergunta se esses trabalhos contemplam o setor rural dos municípios da Bacia. Sidney responde que contempla apenas as sedes municipais e comenta sobre o saneamento, dizendo dos órgãos que estão sendo consultados, citando o Sistema Nacional de Informação de Saneamento, o ISNIS, de 2007; o Plano Nacional de Saneamento Básico, PNSB, de 2008; Relatórios da Copasa, de abril de 2009; Relatórios da Codevasf e da Comissão Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco-CIPE, de abril de 2008, além de contatos com EMBASA, na Bahia, ASSEMAE, Fundação do Meio Ambiente-FEAM e as Prefeituras da Bacia. João Gustavo pergunta sobre o abastecimento de água da Copasa, argumentando que a Copasa abastece apenas por 8 horas diárias, mas que o abastecimento deveria ser de 24 horas por dia e se existe algum critério para essa decisão da Copasa. Sidney disse que não tinha uma resposta e que seria o caso de consultar a Copasa. Célia, funcionária da Secretaria do Comitê, pergunta sobre o projeto Congonhas. O técnico da ANA diz não conhecer totalmente o projeto, nem se há recurso para sua execução. Mas que o projeto faz parte do Plano. João Gustavo comenta que na verdade Congonhas é mais que um projeto, tornou-se um Complexo Congonhas, dadas as suas dimensões, inclusive de transposição de águas de bacias, e que o projeto não consta no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que além disso a ANA exigiu estudos de EIA/RIMA que devem custar ao DNOCS, órgão responsável pela execução das obras, em torno de quatro milhões e meio de reais e que esse recurso ainda não existe, acrescentando que a ANA exige também que algum órgão assuma a responsabilidade de operação do projeto. João Damásio acrescenta que ainda foi exigido pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, um estudo sobre a transposição, que parece ser de difícil realização. Retomando a sua apresentação, Sidney fala sobre o



abastecimento de água na Bacia, comentando as perdas de faturamento e perdas por vazamentos na distribuição de água e que esse trabalho está sendo feito nas oito unidades já conhecidas por todos da CTC, com base na média nacional. Falou sobre a potabilidade das águas na parte mineira da Bacia, que são informações conseguidas através dos órgãos que definem o índice de potabilidade, mas que não conseguiu as mesmas informações na Bahia, acrescentando que não existem informações sobre a porção baiana também na coleta e tratamento de esgoto e da coleta e deposição dos resíduos sólidos. João Batista comenta que fará um esforço para fazer esse trabalho na porção baiana. Sidney falou também sobre o esgotamento sanitário na Bacia, afirmando que nem sempre a cidade tem abastecimento de água e esgotamento executados pela mesma empresa. Anunciou os nomes de cinco municípios, sendo eles Bocaiúva, Montes Claros, Juramento, Janaúba e Varzelândia, com estações de tratamento de esgotos com licenças prévias, LP, de instalação, LI, de operação LO e Autorização Ambiental de Funcionamento, AAF. Aponta o predomínio do impacto negativo na qualidade das águas do Verde Grande por interferência do lançamento de esgotos in natura nos cursos d'água. Aponta também a interferência de fontes difusas na degradação das águas do rio decorrentes do uso e manejo inadequados do solo na agropecuária. Ressaltou os elevados teores de manganês, cromo, zinco, cádmio, cobre, principalmente nos afluentes dos rios Vieira, Sussuapara, Gorutuba, além da presença de DDT e Metoxicloro nos rios Verde Grande, Gorutuba, Mosquito e São Francisco, a jusante da foz do Verde Grande. João do Carmo lembra que parte desse problema pode vir das plantações de algodão na região de Porteirinha nas décadas de 70 e 80, época de muito plantio e uso excessivo de agrotóxicos e que deve haver ainda muito resíduo tanto no solo quanto nas águas da região. João Damásio solicita que Sidney aponte os locais onde aparecem essas evidências. Sidney responde que já foram citados os locais de maior incidência que são os rios Vieira, Sussuapara, Gorutuba, Mosquito e no São Francisco, à jusante do Verde Grande, afirmando que as barragens acumulam sedimentos que durante as chuvas torrenciais e enchentes, os mesmos são arremessados para o leito do rio e para suas margens. O técnico da ANA diz que em dez anos de monitoramento na Bacia constatou-se que as indústrias jogam produtos químicos o ano inteiro no Verde Grande, mas que esses levantamentos surgem com maior incidência na

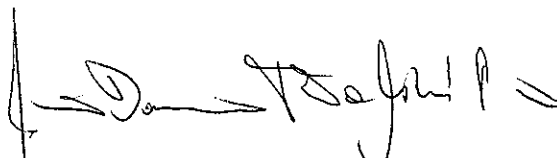


época das chuvas por causa do carreamento dos sedimentos que levam resíduos desses produtos para os cursos d'água. João Gustavo solicita estudos mais aprofundados da Ecoplan sobre a questão, afirmando que o problema é muito mais da agricultura do que do gado. Marcus Maciel aponta que é muito difícil reconhecer as fontes difusas desses poluentes e mais difícil ainda é concluir que o problema seja decorrente da agropecuária e sugere que seja feita uma apresentação técnica para retomar o assunto. Marcelo solicita uma comprovação técnica de que essa poluição seja realmente proveniente da agropecuária, porque a Ecoplan não cita, por exemplo, a construção das estradas como consequência de parte do problema, arrematou dizendo que precisamos de estudos mais profundos para afirmar seus resultados. João Damásio concordando com Marcelo diz que é preciso fundamentar mais os dados para apresentar a CTC e cita a questão do lixo que tem deposição inadequada em toda a Bacia durante todo o ano e que não foi colocado nos trabalhos como fonte da poluição das águas. O professor Edson sugere que seja retirado do texto de que o problema seja decorrente da agropecuária, substituindo por possivelmente, ficando definido que o texto será modificado até que se tenha uma resposta concreta sobre o assunto. Voltando à apresentação, Sidney fala da disponibilidade hídrica nas oito unidades da Bacia citando valores da precipitação, vazão, área de drenagem e inércia hídrica. Em conclusões parciais, identificou as questões críticas na Bacia como escassez, onde as disponibilidades são insuficientes com relação às demandas; a deficiência do saneamento com baixo índice de coleta e tratamento de esgoto e que os resíduos sólidos não têm destinação adequada em toda a Bacia. Voltando a falar da qualidade das águas, destaca a carga orgânica do esgotamento sanitário, da carga difusa de origem agrícola, da presença de metais e sedimentos, decorrentes do manejo inadequado do solo e de poluentes decorrentes de agroquímicos. Na continuação, aponta a irrigação nas oito unidades como demanda preponderante variando de 75% a 98% da demanda total, o que representa, segundo Sidney, 95% da demanda da Bacia. Afirma que a demanda para abastecimento corresponde a 3% na Bacia, chegando a 22% no Alto Verde Grande, na região de Montes Claros, repetiu que o balanço hídrico é extremamente deficitário, mesmo no confronto das demandas com as vazões médias, onde a demanda supera em quatro das oito unidades e que nas outras quatro as demandas variam na proporção de 50 a 80%. O



coordenador da Ecoplan faz um sumário do relatório do diagnóstico apresentando a Cartografia Básica e Temática, o Sensoriamento Remoto, o Sistema de Informações Geográficas (SIG) e o Banco de Dados Geográficos como instrumentos na elaboração do Plano. Identifica na continuidade, a caracterização físico-biótica, socioeconômica e cultural da Bacia. Finalizando sua apresentação, responde aos questionamentos da reunião anterior do mês de maio sobre as Unidades de Conservação, do Cadastro de Barraginhas, da consideração dos Territórios da Cidadania e dos Estudos da Universidade Estadual da Bahia, Uneb, sobre qualidade das águas na porção baiana. Apresentou em seguida o cronograma dos trabalhos, incluindo o calendário das próximas reuniões. Encerrando sua participação, agradeceu a atenção e o apoio dos participantes. No cumprimento da pauta e dos temas abordados e não tendo mais nada a tratar, o Presidente do CBH-Verde Grande, Marcelo Ferrante Maia, encerra a reunião agradecendo a presença, a participação e o apoio de todos. Assim, eu, João Damásio Frota Machado Pinto, Secretário Executivo do Comitê e Coordenador da Câmara Técnica Consultiva, secretariei essa reunião e lavrei essa ATA, que depois de lida será submetida à apreciação e aprovação da plenária da CTC e, se aprovada, será arquivada, juntamente com a Lista de Presença da reunião, na Secretaria do CBH-Verde Grande.

Marcelo Ferrante Maia  
Presidente do CBH-Verde Grande



João Damásio Frota Machado Pinto  
Secretário do CBH-Verde Grande